

liação que, pela via adequada, se fez quanto à sua capacidade de os prestar; note-se, aliás, que a sentença de condenação na prestação de alimentos pode ser alterada, nomeadamente por modificação da possibilidade de os prestar por parte do correspondente obrigado, e equivale, por outro, a transferir a correspondente obrigação para o progenitor a cuja guarda foram entregues os filhos. Com efeito, há que ter em conta que a intervenção do Estado no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, intervenção considerada relevante pelo acórdão, apenas se realiza se o alimentado não tiver «rendimento líquido superior ao salário mínimo nacional», nas palavras do artigo 1.º da Lei n.º 75/98, nem beneficiar, «nessa medida, de rendimentos de outrem a cuja guarda se encontre». — *Maria dos Prazeres Beleza*.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 126/2005 (2.ª série):

Francisco Orlando da Costa Marinho, escrivão-adjunto, a exercer funções como requisitado no Tribunal da Relação de Guimarães — requisitado, após prévia comunicação ao director-geral da Administração da Justiça, para o mesmo Tribunal, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

15 de Julho de 2005. — O Presidente, *Lázaro Martins de Faria*.

Anúncio n.º 127/2005 (2.ª série):

Gisela do Carmo Mateus Lopes, técnica de justiça auxiliar a exercer funções como requisitada no Tribunal da Relação de Guimarães — requisitada, após prévia comunicação ao director-geral da Administração da Justiça, para o mesmo Tribunal, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

15 de Julho de 2005. — O Presidente, *Lázaro Martins de Faria*.

Anúncio n.º 128/2005 (2.ª série):

João Manuel Gonçalves Nogueira dos Santos, escrivão auxiliar, a exercer funções como requisitado no Tribunal da Relação de Guimarães — requisitado, após prévia comunicação ao director-geral da Administração da Justiça, para o mesmo Tribunal, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005.

15 de Julho de 2005. — O Presidente, *Lázaro Martins de Faria*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Aviso n.º 7110/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 22 de Julho de 2005:

Sérgio Filipe Gomes Gracioso Salvado, assistente administrativo principal do quadro de pessoal do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde — transferido na mesma categoria, escalão 1, índice 222, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, com efeitos a partir de 8 de Agosto próximo.

26 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *José Tavares*.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Despacho (extracto) n.º 16 970/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados de 11 de Julho de 2005:

Mestre João Paulo Martins Ribeiro, especialista de informática do grau 2, nível 2, do quadro de pessoal da Comissão Nacional de Protecção de Dados — nomeado, precedendo concurso, especialista de informática do grau 3, nível 1, do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionado no escalão 1, índice 720, com efeitos a 7 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Julho de 2005. — O Presidente, *Luís Novais Lingnau da Silveira*.

Despacho (extracto) n.º 16 971/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados de 28 de Junho de 2005:

Licenciada Ana Isabel Dias de Oliveira Jesus Martins, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Comissão Nacional de Pro-

tecção de Dados — nomeada, precedendo concurso, técnica superior principal do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionada no escalão 1, índice 510, do sistema retributivo da Administração Pública, com efeitos a 27 de Junho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Julho de 2005. — O Presidente, *Luís Novais Lingnau da Silveira*.

Despacho (extracto) n.º 16 972/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados de 28 de Junho de 2005:

Ellen Catarina Barends, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Comissão Nacional de Protecção de Dados — nomeada, precedendo concurso, técnica profissional de 1.ª classe do mesmo quadro de pessoal, ficando posicionada no escalão 2, índice 228, do sistema retributivo da Administração Pública, com efeitos a 27 de Junho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Julho de 2005. — O Presidente, *Luís Novais Lingnau da Silveira*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extracto) n.º 16 973/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 13 de Julho do corrente ano:

Mestre Isabel Maria Loureiro de Roboredo Seara, assistente com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 18 a 24 de Julho do corrente ano.

20 de Julho de 2005. — A Administradora, *Alexandra Sevinat Pontes*.

Reitoria

Despacho n.º 16 974/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 45.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, designo para constituírem o júri do concurso documental para provimento de um lugar de professor catedrático, na área científica de Estudos Históricos, grupo disciplinar de Pré-História, do quadro de pessoal docente da Universidade Aberta, aberto pelo edital n.º 474/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 7 de Abril de 2005, os seguintes professores:

Presidente — Doutora Maria José Ferro Tavares, professora catedrática da Universidade Aberta, reitora.

Vogais:

Doutor José Manuel dos Santos Encarnação, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Doutor Victor Gonçalves, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Doutor Vítor Manuel de Oliveira Jorge, professor catedrático do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, professora catedrática do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Doutora Maria Manuela Reis Martins, professora catedrática do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Doutora Teresa Júdice Gamito, professora catedrática do Departamento de História, Arqueologia e Património da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

20 de Julho de 2005. — A Reitora, *Maria José Ferro Tavares*.

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Contrato (extracto) n.º 1392/2005. — Por despacho de 28 de Junho de 2005 do reitor da Universidade do Algarve:

Doutora Lucília Maria Vieira Gonçalves Chacoto — autorizado o contrato administrativo de provimento como professora auxiliar da